COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2023/2025

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Reunião virtual via aplicativo Google Meet

DATA: 16/07/2025

Em dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, às 14:00h, horário da primeira convocação, com 12 conselheiros presentes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Ordinária, pelo Vice Presidente Claudemir Battaglini, o qual deu início aos trabalhos de acordo com a pauta da convocação.

1. **Aprovação da Ata da 18ª RO realizada em 11/06/25** – Ata enviada para leitura previamente, não havendo alterações, **foi aprovada por unanimidade**.
2. **Informes da Mesa Diretora –** a) Ofício enviado 013/2025 Eleição para nova composição do COMDEMA enviado a UGPUMA e a UGCC/DACE.

   b) Cobrança das respostas do ofício enviado a UGPUMA. O conselheiro Battaglini informou a todos, em especial também os representantes do poder público, que temos algumas pendências que dependem de resposta da Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente e provavelmente também de outros setores e a gente vem cobrando, pelo menos dentro do meu papel de vice-presidente, membro da diretoria do Comdema e também representante da OAB, nós estamos cobrando constantemente que essas respostas sejam prestadas para que os trabalhos do Comdema possam ser efetivamente acolhidos e que a gente possa ajudar na política ambiental do município. Então, só para que fique claro e podem continuar cobrando também alguma pendência, avaliem aí se existe algumas pendências que no modo de entender de vocês ainda falta resposta, que não foi dado o devido encaminhamento. Nós vamos provavelmente marcar uma reunião com o André, Gestor de Planejamento e Meio Ambiente, como também, se for possível, com o Diretor de Apoio aos Conselhos e pedir ajuda nas respostas que sempre a gente tem colocado. Isso é dentro do possível, melhorar os recursos humanos aí que possam ser direcionados para atendimento das demandas do Comdema. Então, estou no pé aí do pessoal, embora fique profundamente insatisfeito com esses atrasos de temas que já foram encaminhados há um bom tempo e ainda não obtivemos respostas. Nesse sentido, eu quis colocar isso em pauta para que vocês fiquem cientes disso, que nós vamos marcar essa reunião provavelmente para o mês que vem e tentar ver o posicionamento da UGPMA nesse sentido.

   A conselheira Silvia Merlo solicitou informações sobre a repristinação do fundo ambiental, da lei do fundo. Battaglini informou que é uma das pendências, que o Guilherme justificou a ausência hoje na reunião e ele já tinha dito na reunião passada que que era uma prioridade, fazer essa repristinação, mas pelo menos eu não me lembro de detalhes sobre o andamento disso nas unidades de gestão do município e junto à Câmara Municipal.

   O conselheiro Pedro Pontes se manifestou em meu apoio a à fala do Dr. Battaglini, porque realmente não é pouca coisa que tá parada aí, atrasada, e não dá para entender muito o que está acontecendo, parecendo um certo pouco caso. Desculpa, mas está mais do que na hora de responder, se não for de uma vez que seja parcial, sejam parciais as respostas, mas tem muita coisa parada, só isso.

Battaglini ponderou que a alteração de gestão no começo do ano, foi necessário dar um crédito aí para atual gestão em virtude dessa mudança, não dava para resolver tudo em pouco tempo, mas a essa altura já está na hora de ter um cronograma pelo menos de respostas e de andamento daquelas situações que estão realmente atrapalhando e travando, os trabalhos do Comdema.

Houve apresentação dos conselheiros presentes na reunião, conforme combinado, para identificação dos profissionais e a representação das cadeiras.

3. **Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo (CTUOS):**

   a) **Parecer sobre o processo SEI 10.788/2025 Certidão de Uso de Solo** – Parecer lido pela conselheira Maria Helena. O conselheiro Battaglini solicitou esclarecimentos quanto ao parecer, das áreas a serem doadas em compensação e do uso atual da área e qual o uso futuro. A conselheira Maria Helena esclareceu que o uso atual pela fábrica de pré-moldados foi encerrado e o novo empreendimento utilizará o total de 60 mil metros quadrados. As áreas de doação serão de 170 mil metros quadrados. Battaglini questionou as compensações propostas e o valor em pecúnia proposto, qual foi a medida para estipular os valores finais. O conselheiro Wagner informou que a proposta é prevista no EIV com compensações na ordem de 3% a 5% do valor total da obra, que neste momento está baseada na metragem quadrada na tabela CUB Sinduscon-SP. Quanto a revisão do Plano de Manejo da Rebio e da área de amortecimento do Território de Gestão da Serra do Japi, esse deverá ser proposto sobre a área delimitada da LC 417/04. O conselheiro Pedro Pontes questionou se esse valor de compensação seria depositado ao Fundo Ambiental. A conselheira Maria Helena informou que serão propostas execução de serviços, porém caso haja saldo final, poderá ser direcionado ao fundo ambiental. Pedro sugeriu que as passagens de fauna previstas no parecer sejam mais bem indicadas em projeto para solucionar problemas reais nos locais. O conselheiro Marcelo Patrão chamou atenção para o uso final do galpão logístico, como estoque de saneantes, químicos e outros podem apresentar riscos ao local. Ressaltou ainda o risco de alimentos com odor em especial os derivados de carne para atração de fauna, podendo causar inclusive atropelamentos. O convidado Silvio Drezza ressaltou a necessidade de apresentação, em momento oportuno, do Plano de Atendimento a Emergência – PAE, onde podem ser previstas ações emergenciais para vazamentos diversos e outros problemas diversos.
   A plenária propôs alterações nos itens da compensação, vinculando a análise junto ao EIV/RIV, das definições das compensações e valores, e vinculando a Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica ao zoneamento da área de amortecimento da LC 417/04. Corrigiu a proposta de área de compensação, acompanhando a LC 417/04, ressaltando que a área a ser adquirida deverá ser no Território de Gestão da Serra do Japi.
   A plenária está de acordo com a revalidação da certidão de uso de solo para o local, com a ressalva que os projetos finalizados deverão retornar aos conselhos ambientais para nova análise e manifestações, antes de qualquer autorização definitiva.
   Colocado em votação, não houve manifestações contrárias, **o parecer é aprovado, então, com as ressalvas feitas e registradas aqui, por unanimidade**.

4. **Apresentação do Eng. Silvio Drezza sobre trabalho de levantamento de áreas de apoio para combate a incêndios florestais na Serra do Japi.**

O convidado Silvio Eduardo Drezza, da Asosciação dos Engenheiros de Jundiaí iniciou sua apresentação dizendo que para contextualizar, na gestão 2021/2022 do Conselho Gestor da APA CCJ, a Cleide que é a presidente, sugeriu um plano de metas, eu fui coordenador da Câmara Técnica de Conservação, Fiscalização e Licenciamento e a gente elencou cinco atividades para trabalhar naquela gestão.

Atividade um, era a realização de um webinário para discutir ações do sistema contra incêndios florestais na APA CCJ. Atividade dois, leis existentes no território CCJ para aprimorar o zoneamento. Atividade três, diretrizes para contenção de enchentes e impermeabilização das várzeas e poluição difusa. Atividade quatro, diretriz de ação a ser pactuada com municípios e demais instituições que compõem as APAs, considerando crescimento desordenado e ocupação irregular. E atividade cinco, aprimorar propostas de compensação ambiental.

A que efetivamente andou foi essa primeira, e aí pra gente poder fazer esse que na época lá da pandemia a gente chamava de webinário, que foi aquele evento que a gente fez lá na sede da Fundação Serra do Japi, que teve a operação Corta Fogo, que teve um dia inteiro de campo ali, nós estruturamos vistorias e porque o que que a gente achou que para combater o incêndio florestal seria importante a gente achar onde daria para captar água para que as equipes de apoio tivessem mapeados esses locais.

Então, foi aí que nós fizemos. Inicialmente a Câmara Técnica era o Jorge da Itabrás, a Maria Cecília do DAEE e a Rose na época ela era da prefeitura de Cabreúva, hoje ela está na iniciativa privada. Durante o trabalho a Cecília não pôde fazer o trabalho de campo e quem fez o trabalho de campo foi o Paulo Sérgio Lúcio, não sei se todos conhecem. A Márcia Torolio, que era do Comdema na época, e a Vânia, que ocupava a função do Flavinho, que era superintendente da Fundação Serra do Japi, participou de maneira ativa.

Então nós mapeamos, nós fizemos um trabalho primeiro de escritório. Vou mostrar um só para vocês, para ter noção do que era isso daqui. Bom, então isso daqui para quem não conhece é a cartografia do IGC, eu fiz a partir de todos os CAR (cadastro ambiental rural), as estradas, principalmente a Av. Luís Gobbo, que envolvia os municípios de Cajamar, Cabreúva e Jundiaí, eu marquei isso daí dentro da cartografia e já vi possivelmente onde tinha barramentos que fossem possíveis captar água.

E aí a gente montou esse trajeto e esse serviço de campo, ele acontecia uma vez por semana. E foi desde outubro de 2021 até março de 2022. Então, durante esses 5 meses, uma vez por semana, a gente percorria um pequeno trecho desse território, mediante esse trabalho prévio de escritório.

A partir daí, então a gente teve a cartografia um, a dois, que era a sequência dá um, a três, a quatro e assim sucessivamente. Na parte de Jundiaí, terminou lá um pouquinho depois da fazenda Santa Marta, que tá em destaque aqui. Como resultado disso, resultou num mapeamento que tá aqui, onde nós temos KMZs (arquivo digital de mapas baseado no Google Earth). Então a gente tem em Cajamar seis pontos mapeados e em Jundiaí 15 pontos mapeados, Cabreúva tem mais seis. Esses pontos de Cabreúva estão com Éder, da secretaria de meio ambiente da Prefeitura de Cabreúva.

E aí de posse desse material, então se a gente clicar, por exemplo, na Fazenda do Conde, ela vai abrir um barramento ali bastante grande que a gente tem para poder capturar água.

Esse trabalho não foi concluído, por quê? Qual era a nossa intenção? Tendo todos esses pontos, a nossa intenção seria pegar nos atributos de cada ponto e colocar quem era o proprietário, qual era a disponibilidade hídrica, qual é a profundidade, porque é uma coisa importante que a gente descobriu, o helicóptero para poder vir e colocar aquele bolsão d'água precisa ter uma profundidade mínima de 3 metros de lâmina d'água e para quem conhece a fazenda São João da Montanha, da Susana Traldi, lá ela tem alguns barramentos mapeados, mas nenhum deles tem 3 metros de profundidade, então não daria eventualmente para captar água neles. Então a nossa ideia seria afunilar nisso daí. E aí a gente chegou até bolar um questionário para mandar para cada para cada proprietário, onde teria então o endereço, quem é a proprietária, o contato, as coordenadas. Aí a gente descobriu que o importante seria ter a coordenada UTM, que tá na cartografia, e a coordenada geográfica, porque se eventualmente fosse acionado um helicóptero da Polícia Militar, o Águia, para ajudar, o sistema que eles usam não é a coordenada UTM, mas sim a geográfica.

Assim o trabalho estaria numa matriz que eles pudessem interpretar. Qual a profundidade máxima, altimetria, que é importante para o helicóptero, facilidade de acesso caminhão pipa, a infraestrutura que tem na propriedade.

Aí no que nós esbarramos, o que está em vermelho aqui. Perguntaram ao proprietário se não há óbices em divulgar esses dados, principalmente por conta da LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados. E aí, aconteceram duas coisas, estava no final da gestão do conselho, e ninguém quis bancar isso daí, nem eu. Eu que estou com todos esses dados aqui, então eu vou gerar esses KMZ com essas informações sensíveis de cada proprietário?

A ideia seria divulgar isso daí no grupo de WhatsApp que foi criado e aí perderia o domínio, o domínio de quem teria acesso. Agora, se de repente o Comdema como uma instituição governamental, quisesse de alguma maneira, não é nem se apropriar, esse não é um material que é meu, só tá sob a minha guarda, eu tenho o maior prazer em disponibilizar isso daí, com um intuito de que o uso seja feito da melhor maneira.

Um outro detalhe importante para ser falado, exatamente nesse período que que a gente está fazendo esse levantamento, pegou fogo numa das torres de transmissão lá de Cabreúva e nós estivemos lá. E para apagar esse incêndio foi utilizado o helicóptero da polícia, o Águia. E o Éder, que é da Secretaria de Meio Ambiente lá de Cabreúva, falou que teve uma experiência extremamente negativa com o helicóptero, porque quando ele se aproximava para jogar o bolsão de água, o fluxo de ar que ele gerava aumentava o fogo. Então, o efeito que a água fazia para apagar o fogo era menor do que ele atiçava o fogo por conta do movimento de ar que ele promovia.

Então, eu tenho um material bastante extenso aqui, todo esse material para disponibilizar. Eu não sei se vocês têm dúvidas para me perguntar aqui para ir respondendo a maneira que isso for acontecendo.

O conselheiro Wagner se manifestou dizendo sobre a informação do final, que o helicóptero ele precisa ser muito bem avaliado uso, sob risco de, ao invés de contribuir com a extinção do fogo, ele pode aumentar o fogo na região. Então realmente eu

também tentei um outro projeto ainda na diretoria de meio ambiente da prefeitura de Jundiaí, que é caixas d'Água na Serra do Japi. Na época o tenente Medrado, do Corpo de Bombeiros, também me informou que eles não usavam caminhões de combate, uma vez que o fogo era no meio da floresta, não nas bordas somente, então o uso de água no combate a incêndio é complexo com tudo isso que você disse, mais a vantajosidade ou não de trazer uma aeronave para pro combate. Compete então demonstrar esses dados, talvez a partir do Comdema para o Corpo de Bombeiros para ver o interesse deles a partir da equipe técnica do Águia, mais a equipe técnica de combate a incêndio florestal, de levar isso à frente, de concluir esse trabalho e tornar ele um shape file disponível para pra corporação, acho que exclusivamente pro bombeiro, porque o águia só é acionado a partir de um comando interno, tem uma cadeia de hierarquia para comando para chamar o Águia e só um uma patente do bombeiro que pode solicitar o apoio. Então, acho que sim, é muito bom, sim, é de grande valia, mas eu acho que a única corporação que pode se apropriar e, com isso já fica protegido os dados, é o Corpo de Bombeiros.

Bom, primeiramente eu quero agradecer ao Silvio que veio fazer essa apresentação pra gente. E essa apresentação mais aquela que você já fez na outra reunião, realmente a gente vê que você é uma pessoa que trabalha, trabalha sério e muito bem, você com a sua equipe. Eu presenciei algumas vezes o que vocês fizeram e eu só tenho que realmente levantar o chapéu, erguer o chapéu para esse trabalho, que vocês fizeram. E realmente é parabéns para vocês. E quanto a essa questão do compartilhamento desse material, a princípio até já me manifestei no chat que eu tinha interesse, mas tendo em vista agora esta observação final, eu entendo que esse material é de grande valia, esse trabalho que foi realizado é de grande valia, não só para o Corpo de Bombeiros, mas eu acredito que para a Divisão Florestal da Guarda, que é o pessoal de linha de frente que sempre é o primeiro que chega. Eo pessoal da Defesa Civil que faz a coordenação. Então eu entendo que essas três frentes, essas três instituições, eu acho que seria muito importante que esse material chegasse até eles.

O Nícolas, que hoje tá representando aqui o grupamento de Bombeiros, disse aqui que é feita uma avaliação pelo comandante da ocorrência em terra e ele solicita ou não o apoio do helicóptero.

Silvio retomou que quando você falou das caixas d'água, eu me esqueci desse detalhe a Fazenda Vigorelli, para quem conhece ali, ela tem uma encruzilhada lá em cima (Av. José Peboni Jr x Av. Luiz Gobbo) e a gente identificou que aqui é uma região que costuma ocorrer incêndio e a gente não identificou nenhum barramento que fosse capaz de suportar água. Agora, a partir dessa encruzilhada, é uma descida que vai indo, que vai sair lá perto da Fazenda Santa Marta, então aqui estaria fácil para colocar caixas d'água na própria drenagem da estrada com algum tipo de filtro aí feito com bidim (geomembrana), alguma coisa assim para encher. Essas caixas d'água chovendo ficariam sempre cheias. Eu acho que cabe, na minha sugestão, que utilizasse recurso do fundo da conservação ambiental e eu quero crer que seria de grande valia ter um ponto de disponibilidade hídrica nesse local aqui que a gente identificou que não tem nenhum ponto próximo de captação de água.

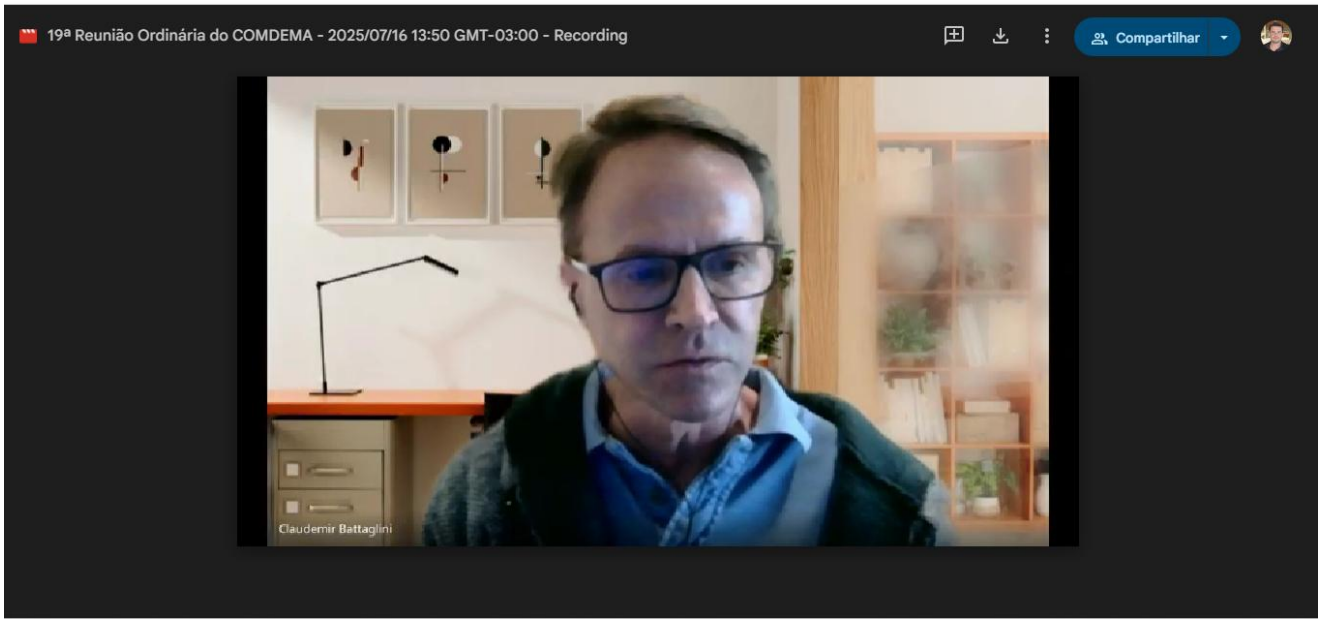
O conselheiro Marcelo Patrão disse que só para complementar, acho que é importante também esse material, ficar na mão do pessoal de serviços públicos, que geralmente presta apoio com caminhão pipa e outros equipamentos nos incêndios.

O conselheiro Battaglini deu os parabéns ao Silvio pela sua dedicação, pelo seu trabalho, pela sua disponibilidade de estar aqui de novo no Comdema, mais uma vez esse ano, nos brindando aí com seus conhecimentos, com seu trabalho. Aprendemos sempre muito com você. Eu costumo dizer que o Silvio Drezza, e eu já falei isso para ele, conhece mais legislação de Jundiaí do que qualquer um advogado. Eu, pelo menos fico no chinelo perto dele em relação, principalmente à legislação local, ele conhece muito. Ele já pode dar aula de direito já ambiental. Essas portas do Comdema estão sempre abertas para você, inclusive para você voltar na próxima gestão. Parabéns pelo trabalho e obrigado.

5. Outros assuntos – Foram distribuídos os processos: CTUOS Processo FMS 272/24 - Regularização Fundiária.

O primeiro secretário Wagner de Paiva, lavrou a presente ata que leva como anexo a lista de presença.

Jundiaí, 16 de julho de 2025.

Wagner de Paiva
1º Secretário COMDEMA 2023-2025

Claudemir Battaglini
Vice Presidente COMDEMA 2023-2025